

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.576.374 - MS (2019/0261980-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **PAULO ELI TOLDO**  
**ADVOGADO** : **IGOR DEL CAMPO FIORAVANTE FERREIRA - MS012522**  
**AGRAVANTE** : **BUNGE FERTILIZANTES S/A**  
**ADVOGADOS** : **ADILSON DE SIQUEIRA LIMA - SP056710**  
: **BRUNO CEREN LIMA - SP305008**  
: **MATEUS CEREN LIMA - SP354198**  
**AGRAVADO** : **OS MESMOS**

### **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO APELO ESPECIAL. ART. 932, III, DO CPC/2015. AGRAVO DE BUNGE FERTILIZANTES S.A. NÃO CONHECIDO.

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por Bunge Fertilizantes S.A. contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Verifica-se que a agravante ajuizou execução de título extrajudicial, julgado extinto com julgamento do mérito ante o reconhecimento da prescrição intercorrente.

Interpostas apelações pelas partes, a Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul negou provimento aos recursos, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 310):

RECURSOS DE APELAÇÃO – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS – PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.

01. Aplicação do entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (IAC no REsp 1604412/SC), no sentido de que o termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do transcurso de um ano da suspensão do processo por ausência de bens penhoráveis (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/80).

02. Ocorrência de prescrição intercorrente, em razão da paralisação do processo por inércia do credor por período superior ao prazo

# Superior Tribunal de Justiça

prescricional da pretensão executória (Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal), depois de decorrido um ano da suspensão.

03. Na hipótese de extinção da execução em razão da prescrição intercorrente, incabível a condenação do exequente ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista a aplicação do princípio da causalidade.

Recursos não providos.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, pelo fundamento da incidência, por analogia, da Súmula 284/STF, porquanto não foram indicados o permissivo constitucional, no qual se baseia a interposição do recurso especial, nem os dispositivos da legislação federal tidos por vulnerados ou cuja interpretação é divergente.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, é dever da parte recorrente combater especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o desacerto do *decisum* que não admitiu o recurso especial, nos termos do que preconiza o art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ERRO MATERIAL. AGRAVO REGIMENTAL TEMPESTIVO. PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 544, § 4º, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 1. Incumbe ao agravante infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo (art. 544, § 4º, inciso I, do CPC). 2. Embargos declaratórios acolhidos para, afastada a intempestividade do agravo regimental, negar-lhe provimento. (EDcl no AgRg no AREsp n. 213.509/SP, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 11/9/2014)

O referido entendimento foi recentemente confirmado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça no julgamento dos Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial n. 746.775/PR.

Confira-se:

# *Superior Tribunal de Justiça*

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, restando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é indivisível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp n. 746.775/PR, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, Rel. p/ Acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, julgado em 19/9/2018, DJe 30/11/2018)

No caso, a agravante não infirmou especificamente o fundamento da decisão agravada quanto à incidência da Súmula n. 284 do STF.

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial de Bunge Fertilizantes S.A.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários

# *Superior Tribunal de Justiça*

sucumbenciais fixados em favor dos advogados da parte recorrida em 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado do débito.

Publique-se.

Brasília-DF, 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

